

A polifonia nas manchetes de jornal

Polyphony in the newspaper headlines

Leusa Cristina Bezerra dos Santos*

Resumo

Neste artigo, discutimos, à luz da teoria da enunciação, a característica polifônica das manchetes de capa de jornal. Partimos do pressuposto de que emergem das manchetes de jornal vozes que necessariamente não estão ditas na superfície linguística. Essa evidência acontece de forma subjacente ao enunciado. Como isso ocorre, de que forma essas vozes dialogam por meio do enunciado principal – no caso, a manchete de capa – é o ponto central deste estudo. Para tal propósito, este artigo está embasado principalmente na teoria polifônica de Ducrot (1987). O objetivo aqui é mostrar a profissionais e estudantes das áreas de Letras, Comunicação e afins como podemos desconstruir um enunciado de um veículo midiático e desvendar conceitos outros que estão no cenário do que não é dito.

Palavras-chave: Enunciação; Polifonia; Manchetes de jornais.

Introdução

A manchete da capa de um jornal é, acima de tudo, a porta de entrada do leitor para esse veículo midiático, e o cartão-postal deste para o leitor. É, também, um enunciado que dialoga com diversos segmentos sociais, atravessado por discursos heterogêneos. Há uma infinidade de possibilidades teóricas na análise de manchetes de jornal, e uma delas é o que não é dito explicitamente nesse tipo de enunciado.

O veículo enuncia algo na manchete, mas, além desse “algo” que está presente em primeiro plano, há também outros sentidos que emergem do

* Especialista. Faculdade Frassinetti do Recife/FAFIRE/PE.

enunciado. Esse fenômeno do aparecimento de sentidos outros está também inscrito no universo teórico da polifonia. Mas como esses sentidos outros que não estão na superfície linguística aparecem no enunciado? Este artigo se debruça justamente na tentativa de responder a essa pergunta. Para tal, tomamos como base a teoria polifônica da enunciação desenvolvida por Ducrot (1987), que considera a presença de vozes nos enunciados.

Apresentamos as ideias do autor acerca da polifonia com a caracterização dos elementos que dela fazem parte: locutor, enunciador, sujeito falante e alocutário. Esses elementos constituem o centro da teoria polifônica, são as vozes do discurso. E foi por meio delas que pudemos fazer as inferências registradas neste trabalho em relação ao *corpus* analisado.

Como desvendar o discurso da mídia tem sido um objetivo recorrente nas pesquisas de analistas do discurso, julgamos que esta pesquisa é relevante, uma vez que acrescenta a esses estudos mais um olhar: o da polifonia das manchetes de capa de jornal.

A enunciação: de Bakhtin a Ducrot

Ducrot (1987) parte do conceito de polifonia em Bakhtin para elaborar a base de sua teoria polifônica da enunciação, estabelecendo, contudo, uma diferenciação entre a visão bakhtiniana e a sua. Bakhtin concebe como polifonia “a existência de várias vozes que falam simultaneamente nos textos.” (BAKHTIN apud DUCROT, 1987, p. 161). Vale ressaltar que esses textos aos quais Bakhtin se refere são os gêneros literários.

Ducrot (1987) acrescenta ao conceito bakhtiniano de polifonia uma perspectiva diferente no *corpus* sobre o qual se debruçou. O francês adotou o campo conceitual da enunciação para postular as suas ideias sobre polifonia e não ficou apenas nos gêneros literários, como fez o filósofo russo. Mas essa ampliação discutida por Ducrot (1987) não é uma crítica ao trabalho de Bakhtin,

mas uma tomada de um *corpus* diferente dos textos literários estudados pelo russo.

Vale ressaltar que as reflexões de Bakhtin acerca das diferentes vozes impulsionaram vários trabalhos sobre os discursos presentes no que é dito, e isso favoreceu a propagação da ideia de que o discurso é um fenômeno social. Embora o filósofo russo tenha focado o seu trabalho na análise de textos literários, isso não o impediu de se tornar uma referência no mundo acadêmico, no tocante às questões da heterogeneidade dos discursos.

Segundo Bakhtin (2009), o discurso é ocupado por discursos outros. O mundo interior ou exterior está sempre em contato com pontos de vistas de outro e é atravessado por visões alheias, que lhe são constitutivas. A dinamicidade da relação com o outro é bem marcada por Bakhtin em vários momentos de sua obra, como em **Problemas da poética de Dostoievski**:

As relações de reciprocidade com a palavra do outro no contexto vivo e concreto não têm caráter estático, mas dinâmico: a interrelação das vozes no discurso pode variar acentuadamente, o discurso orientado para um único fim pode converter-se em discurso orientado para diversos fins, a dialogação interna pode intensificar-se ou atenuar-se; o tipo passivo pode tornar-se ativo, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 228).

Bakhtin (2010) escreve esse trecho quando fala da impossibilidade de esgotar os modos de ocorrência do discurso do outro. Mas faz uma classificação que atende à necessidade de estabelecer que a palavra concreta pode pertencer a diversas variedades e tipos de discursos. Esse processo de réplica constante de discursos outros é o eixo principal da concepção dialógica bakhtiniana.

A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra. (BAKHTIN, 2009, p. 137).

Essa é a ideia central do chamado dialogismo bakhtiniano da qual Ducrot (1987) baseou-se para desenvolver a sua teoria polifônica da enunciação. Como o objeto de análise quanto ao aspecto polifônico da enunciação é o

enunciado, faz-se necessário distinguir os domínios deste em relação à frase. Adotada a conceituação de Ducrot (1987, p. 164), pode-se associar a frase a um objeto da gramática. O enunciado, por sua vez, é o “acontecimento da frase”.

Baseando-nos nas ideias de Ducrot (1987), podemos dizer que o enunciado extrapola o linguístico, situando-se nos âmbitos contextual e sociodiscursivo. O enunciado é – em sua essência – uma marca de um discurso ou de “um fragmento de discurso” (DUCROT, 1987, p. 166). Efetivamente, uma frase acontece de modo diferente em enunciados situados em contextos distintos. Desse modo, podemos inferir que o contexto de um enunciado é um elemento determinante para a assimilação de quem o lê, e esse contexto é híbrido, ou seja, não é formado homogeneamente por um tipo de discurso, muito pelo contrário, o contexto é atravessado por uma infinidade de discursos, também antagônicos entre si.

O resultado das diferentes vozes em um discurso, das ações dos agentes envolvidos convergem para um acontecimento sem o qual a análise linguística ficaria empobrecida de aporte teórico: a enunciação. Para Ducrot (1987, p. 168), a enunciação é um acontecimento histórico, “constituído pelo aparecimento de um enunciado”.

O autor do enunciado é necessário para que o enunciado surja, mas não basta para caracterizar a enunciação. Na verdade, o que Ducrot (1987) quer destacar é a possibilidade da conceituação de enunciação independentemente de quem é ou são seus sujeitos falantes, seus autores. E o sujeito não é único. É dessa ideia que parte Ducrot (1987) para expor e justificar a sua teoria polifônica da enunciação. O autor defende que a unicidade do sujeito falante não se sustenta. Para um determinado enunciado, existe alguém que fala, mas esse alguém pode ser uma ou mais de uma pessoa.

Primeiramente, Ducrot (1987) atribui ao locutor **L** a marca de primeira pessoa. Mas, mesmo essa característica não garante que **L** pode estar falando. Segundo o linguista francês, **L** pode também ser acompanhado por outra voz, a de um enunciador **E**, ou mais de um. Assim sendo, segundo a teoria polifônica

de Ducrot (1987), tem-se pelo menos dois tipos de personagens envolvidos numa enunciação: o locutor e o enunciador.

O locutor **L** é o ser ao qual é atribuída a responsabilidade pelo enunciado. Uma marca evidente da sua presença é o pronome “eu” e outros sinais que evidenciam o aparecimento da 1ª pessoa. O francês também alerta para a possibilidade de um enunciado ser atravessado por mais de um locutor, mas isso não invalida o método de identificação dos “locutores” enquanto seres responsáveis pelo enunciado.

No entanto, nem sempre **L** é o produtor do enunciado. O produtor seria o que Ducrot (1987) chama de “autor empírico” do enunciado, ou “autor real”, ou “sujeito falante”. Locutor e autor empírico podem ser pessoas diferentes porque falam de lugares diferentes e têm papéis diferentes numa enunciação, ou podem ser a mesma pessoa, desempenhando funções distintas numa determinada enunciação. Cabe ao autor empírico, portanto, ser o autor real do enunciado. O locutor **L** é uma ficção discursiva, que só existe enquanto responsável pelo enunciado, como esclarece Ducrot (1987).

Da noção de locutor, Ducrot (1987) desmembra esse ser em **L** (locutor enquanto tal) e **L'** (locutor enquanto ser no mundo). **L** continua sendo, portanto, o responsável pela enunciação e **L'** é o ser que o pronome “eu” designa, embora este só seja identificável através de **L**. O **L**, portanto, não assume uma posição no enunciado, deixando para **L'** essa tarefa. Pode-se dizer que **L'** é a parte que se posiciona no enunciado, diferentemente de **L**, que não assume posições, apenas as enuncia. Essa distinção dentro da figura do locutor é a primeira forma de polifonia em casos classificados por Ducrot (1987, p. 191) como sendo de “dupla enunciação”. Contudo, em enunciados em que não há essa ocorrência, **L** e **L'** se fundem.

Existe ainda a segunda forma de polifonia pela qual Ducrot (1987) introduz a figura do enunciador (**E**) e que é bem mais frequente que a primeira descrita anteriormente. Conforme o linguista, o enunciador é o ser que se manifesta através da enunciação sem que a ele seja atribuída a palavra. Ou seja, o enunciador não fala no enunciado, mas é “falado”. O enunciador é, por exemplo, uma opinião que emerge discursivamente de um enunciado.

O enunciador é, em essência, uma figura marcada pela subjetividade. É um sujeito que não é o sujeito real e nem o ficcional, mas outro tipo de sujeito: aquele que expressa visões outras, antagônicas, irônicas, enfim, diferentes do que é dito por L. E, dentro da possibilidade de várias perspectivas, à negação é dado um lugar de destaque na teoria polifônica de Ducrot (1987). Segundo ele, um enunciado com marcas de negação faz aparecer mais facilmente o seu contraponto afirmativo. Já o contrário não ocorre dessa forma. Em um enunciado afirmativo, a sua contraparte negativa fica mais próxima à subjetividade, embora também seja perfeitamente possível identificá-la. Mas sobre esse aspecto é importante fixar-se que, em todo enunciado – seja negativo ou afirmativo –, há o seu contraponto. Essa identificação significa a identificação dos enunciadores envolvidos no enunciado, além do locutor, que pode estar distanciado de um enunciador e assimilar o ponto de vista de outro enunciador. Estabelecer que para cada afirmação ou negação existe o seu respectivo contraponto é identificar em um discurso as várias vozes que dele emergem.

Para melhor explicar a noção de locutor e enunciador, delimitando suas fronteiras, Ducrot (1987, p. 192) faz comparações com o teatro: “Direi que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor”. Dessa forma, o enunciador é uma figura mais ficcionista do que o locutor, pois este ainda pode coincidir ou não com o autor real, mas aquele (enunciador) é fruto do sentido discursivo do enunciado.

Nessa comparação com o teatro, Ducrot (1987) traça um paralelo com a teoria da narrativa, apresentada em 1972 pelo crítico literário francês Gérard Genette, a fim de distinguir as características e funções dos elementos atuantes na enunciação. Em Genette, citado por Ducrot (1987, p. 191), existe um autor, que é o produtor real de uma narrativa; um narrador, que é uma figura relatora da narrativa, mas que só existe na ficção, sendo, portanto, uma criação do autor real; e o “centro de perspectiva” ou “sujeito de consciência”, que é aquela figura que “vê os acontecimentos”, que tem uma visão diferente da visão do narrador.

Ducrot (1987) apropria-se dessas definições e relaciona-as aos elementos da sua teoria polifônica da enunciação. O autor, em Genette, corresponde ao sujeito falante em Ducrot. É aquele que é o produtor efetivo do enunciado, mas que permanece exterior ao seu sentido. O narrador, em Genette, identifica-se, em Ducrot, à figura do locutor, que é aquele responsável pelo enunciado, o produtor ficcional do enunciado. E, finalmente, o correspondente do “centro de perspectiva” da narração de Genette é o enunciador. Este é, em Ducrot (1987), o(s) ponto(s) de vista do enunciado, que necessariamente não se confunde(m) com o(s) do locutor ou do sujeito falante. Esquematizando, temos:

Genette (1972)	Ducrot (1987)
Autor	Produtor efetivo do enunciado
Narrador	Locutor (L)
Centro de perspectiva (sujeito de consciência)	Enunciador (E)

Esses elementos não são correlacionados apenas conceitualmente, mas também funcionalmente:

O locutor fala no sentido em que o narrador relata, ou seja, ele é dado como a fonte de um discurso. Mas as atitudes expressas neste discurso podem ser atribuídas a enunciadores de que se distancia – como os pontos de vista manifestados na narrativa podem ser sujeitos de consciência estranhos ao narrador. (DUCROT, 1987, p. 196).

A figura do enunciador possibilita ao sujeito falante e ao locutor expressarem ideias que eles não querem assumir a autoria. Essa característica é muito explorada no discurso das mídias, que recorrem à estratégia de atribuir a outro o que foi escrito numa determinada manchete ou matéria jornalística.

A identificação das três figuras da teoria polifônica de Ducrot (1987) – sujeito falante, locutor e enunciador – e uma análise de como as vozes dessas figuras aparecem em um discurso e o que dizem possibilitam ao analista desconstruir um enunciado e recuperar as origens discursivas deste. No entanto, para tornar possível uma desconstrução crítica, faz-se necessário um

aparte no tocante à ideologia, instrumento que será utilizado na análise do *corpus* deste artigo.

Ideologia e discurso

Bakhtin (2009) compreende a enunciação como uma réplica do diálogo social, e, sendo de natureza social, é, portanto, ideológica. Esse diálogo social origina-se nos signos, elementos aos quais são atribuídos valores, conceitos específicos em contextos específicos. O signo, por sua vez, está intimamente associado à palavra, elemento que liga um objeto a um símbolo específico, que dá significação a este objeto. Todo signo é ideológico, postula o russo, e a palavra é o componente mais representativo do signo, é um essencial condutor da ideologia, porque é através dela que se instala uma arena de relações sociais.

Tem-se, então, um ciclo da enunciação: a palavra, o objeto, a significação dada ao objeto e o signo. A articulação desses itens é, então, a responsável pela natureza ideológica do signo. E pode-se dizer que a ideologia determina a língua, a consciência, a atividade mental, enfim, a ideologia está no núcleo das relações sociais. A discussão da ideologia em Bakhtin (2009, p. 31) passa pelo signo, que é eminentemente ideológico, mas o filósofo russo considera que “tudo que é ideológico possui um significado fora de si mesmo”. Ou seja, há, em um signo, um significado dentro de sua realidade que também é refratado e remetido em uma realidade exterior, uma realidade outra.

Em si próprio, um objeto pode não carregar ideologia, mas quando relacionado a uma realidade que lhe é exterior e também envolve a sua realidade, é tocado pela ideologia. Pode-se exemplificar essa teoria do russo com o jornal, já que o recorte deste estudo utiliza esse meio de comunicação. O jornal, na banca, impresso com letras garrafais na capa, cheio de reportagens, artigos, colunas é fundamentalmente um instrumento portador de ideologia, uma vez que traz diferentes visões de mundo, conceitos, crenças,

valores diversificados etc. Mas, se todos os elementos linguísticos desse jornal forem tirados – títulos, reportagens, o próprio nome do jornal etc. – o que restaria? O papel. Apenas o papel enquanto objeto, enquanto insumo, enquanto resultado do processamento da celulose. Restarão apenas meras páginas de papel em branco. Que ideologia ele traz agora? Nenhuma. Por quê? Porque não se trata mais de um signo e, sim, de um produto de consumo, ou um insumo, que é o papel.

Essa exemplificação dá a ideia exata da função da ideologia: atribuir sentido aos signos, às realidades e ações que são experienciadas pelos indivíduos enquanto seres de relação social. O ideológico integra a teia de relações sociais numa sociedade que é, ao mesmo tempo, produtora, reprodutora, refletora e refratora de signos. Há nessa relação indivíduo-ideologia uma troca constante, segundo Bakhtin (2009). Um vai e vem de convergências, divergências, envolvendo indivíduo, sociedade e ideologias. É um ciclo ininterrupto, uma cadeia que traz várias ideologias, atuando constantemente de acordo com as relações sociais. A ideologia está, portanto, ancorada no social.

Essa relação entre indivíduos, sociedade e ideologia tem na linguagem o seu terreno clássico de manifestação. A palavra, escrita ou falada, é essencialmente um fenômeno ideológico. É a manifestação mais essencial da ideologia. Pela palavra transmitem-se ideias, conceitos, valores e influências. Pela palavra transmite-se ideologia. Mas, o que vem a ser ideologia? O que vem a ser esse fenômeno que se mostra através de produções sociais e que envolve e conduz essas produções?

Etimologicamente, ideologia significa o estudo das ideias. Seu conceito mais genérico atribui à ideologia “o conjunto de ideias, concepções ou opiniões sobre algum tema sujeito à discussão.” (ARRUDA; PIRES, 2005, p. 145). Mas esse significado foi modificando-se através dos tempos e, devido aos acontecimentos históricos, ganhou novas formulações.

A concepção marxista da ideologia ganhou terreno e a ideologia passou a ser sinônimo de normas de conduta sobre as quais o indivíduo é levado a pensar e agir sem questionamentos. A opressão causada pela relação de poder descrita pelo economista e filósofo Karl Marx (1818-1883) e seu parceiro

Friedrich Engels (1820-1895) dominou essa concepção de ideologia. Baseados nos conflitos de classes sociais existentes na época, Marx e Engels consideravam a ideologia como um

(...) conjunto de representações e ideias, bem como de normas de conduta, por meio das quais o indivíduo é levado a pensar, sentir e agir da maneira que convém à classe que detém o poder. Essa consciência da realidade é ilusória, porque camufla o conflito existente dentro da sociedade, apresentando-a como uma e harmônica, como se todos partilhassem dos mesmos interesses e ideais. (ARRUDA; PIRES, 2005, p. 146).

O conceito de ideologia em Marx tem uma conotação negativa em relação ao termo, visto que se baseia na dominação do mais forte sobre os mais fracos. É uma concepção de mundo em que a classe dominante dita as regras e a dominada obedecem-nas. Mas outros autores enxergaram na ideologia conceitos diferentes, que colocavam até a classe menos favorecida em evidência.

Gramsci (1891-1937) alertou para o fato de não se considerar toda ideologia arbitrária, asfixiante socialmente e, sim, como cimento social, não necessariamente maléfico às classes sociais menos favorecidas. Althusser (1918-1990) tinha uma visão mais marxista. Ele via como produtores de ideologia os mais diferentes canais sociais: igreja, família, escola, meios de comunicação etc. No entanto, afirmava que o Estado era o defensor do bem comum, mas que também defendia os interesses da classe dominante.

Em Bakhtin (2009), pode-se entender o significado de ideologia como um conjunto de ideias, valores, crenças que conduzem, reformulam, formam ou refratam em uma determinada estrutura social, que, por sua vez, está inserida em relações de poder. E, para o pensador russo, o indivíduo, por ser uma entidade social, não está livre das ideologias que permeiam o seu extrato social.

Como se pode ver, o conceito de ideologia não é único, nem poderia ser, dado a sua extensão social. É inútil procurar uma definição fechada, hermética, até porque o próprio fenômeno é híbrido, aberto, volátil. Ideologia pode ser sinônima de instrumento de poder, de conjunto de valores, de crenças, de

imposição de verdades ou de não verdades. Ideologia tem a ver com tudo isso. É um acontecimento eminentemente social e também um produto da interação das forças sociais, como concebe Bakhtin.

A ideologia, no entanto, não age só. Ela atua por meio de um instrumento, que é o discurso. Este pode carregar uma ou várias ideologias. O discurso é tão multifacetado quanto a própria ideologia. Pêcheux, citado por Orlandi (2009, p. 17), disse que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. E o discurso é um elemento que traz uma série de outros campos, como a formação discursiva e o interdiscurso.

Orlandi (2009) discute o discurso dentro de uma relação de interação com outros elementos discursivos: a significação entre sujeitos e a inscrição desses sujeitos dentro de formações discursivas diversas, heterogêneas. Segundo ela, dois sujeitos que se comunicam entre si trocam muito mais do que palavras, trocam valores, conceitos, ideias. O conceito de discurso, para a autora, está situado nessa relação essencial: “é efeito de sentido entre locutores.” (ORLANDI, 2009, p. 21).

Ao enunciarem algo, os indivíduos se apropriam e são apropriados por ideias outras, exteriores ao dizer. Entre suas palavras, o falante traz palavras de outros. Essa relação do discurso de um falante com discursos de outrem toca em outro elemento presente nessa teia de relações discursivo-sociais: a formação discursiva. Essa é a chave para compreender o sentido de um discurso e em que formação ideológica ele está inserido.

A formação discursiva possibilita ao discurso ter uma determinada assinatura ideológica e não outra: “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sociohistórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2009, p. 43). Esse processo de determinação do que é dito é constituído por dois fatores essenciais para que a atuação da formação discursiva seja identificada.

Um primeiro fator é a própria influência da formação discursiva na significação do que é dito. As palavras não são só palavras. Elas representam um sentido de acordo com determinada formação discursiva, e não outro. Ou

seja, em outra formação discursiva, as mesmas palavras que foram ditas podem ter um significado diferente. Desse modo, o significado do que é dito não está nas palavras, mas no que elas significam em determinado momento sociohistórico, em determinada ideologia. As palavras, portanto, “falam com outras palavras.” (ORLANDI, 2009, p. 43).

O outro fator, segundo discute a autora, é a possibilidade de compreender o que é dito e significar esse dito de acordo com a formação discursiva. É por meio da formação discursiva que se pode ter a compreensão dos inúmeros discursos produzidos por um determinado falante, seja ele indivíduo ou instituição social.

Os sujeitos socialmente situados e historicamente atuantes produzem a partir de formações discursivas específicas de cada um deles. Porém, em que situação eles produzem esses discursos? Essa situação é chamada de condições de produção. Para Orlandi (2009), essas condições de produção estão situadas justamente nos sujeitos e na situação sociohistórica e ideológica em que esses sujeitos produzem os discursos.

Os sujeitos recorrem a formações discursivas e a condições de produção para produzir os discursos. No entanto, há um terreno – cujos limites são muito tênues – a que esses sujeitos também recorrem para entrar em contato com as formações discursivas: o interdiscurso. O interdiscurso se caracteriza por reunir dizeres já ditos em outro lugar e esquecidos. Dizeres estes que são incorporados pelos indivíduos através da formação discursiva. O interdiscurso, portanto, abriga formações discursivas. O interdiscurso, como Orlandi (2009) afirma, é a memória discursiva esquecida, mas presente, e à qual o indivíduo recorre para acionar uma formação discursiva e não outra.

Essas reflexões de Orlandi (2009), alinhadas com o pensamento ducroteano, nos possibilita fazer associações discursivas e ideológicas a partir dos enunciados aos quais somos expostos. A superfície linguística é uma porta de entrada para a descoberta, por meio de elementos contextuais e ideológicos, que tipos de discursos atravessam os enunciados. É com base nesse raciocínio que vamos nos debruçar agora na análise do *corpus* selecionado para este artigo.

Análise do corpus

A seguir, será apresentada a análise do *corpus*, ou seja, a análise de uma manchete de capa de jornal. Foi escolhida uma manchete do **Diário de Pernambuco** por conta da antiguidade do veículo midiático. Trata-se do jornal mais antigo em circulação no estado e na América Latina, com 184 anos de fundação. Não se está afirmando subliminarmente que os outros jornais em circulação em Pernambuco – **Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco** – não possam ser examinados. É que, para o propósito e as proporções deste artigo, uma análise de mais manchetes iria fugir aos aspectos técnicos preestabelecidos.

A exposição da análise da manchete obedecerá a um roteiro: primeiro, será reproduzida a capa na qual ela foi publicada; depois, serão transcritos os textos que a acompanham; e, em seguida, será feita a análise propriamente dita. A transcrição é necessária visto que a versão reduzida da reprodução da capa deixa praticamente ilegíveis os caracteres de tamanho menor.

As teorias trabalhadas na análise serão divididas em duas grandes áreas: a polifonia e a ideologia. Na primeira, serão identificadas as vozes presentes no discurso dos enunciados, momento em que se identificarão as figuras do locutor e do enunciador à luz da teoria polifônica de Ducrot (1987). Na segunda, serão utilizados os conceitos de ideologia em Bakhtin (2009), junto a outros autores, como Orlandi (2009). A manchete escolhida, que compõe o *corpus* deste artigo, é: “A igreja que pode tudo” (Diário de Pernambuco, manchete de capa, 15 nov. 2009).



Transcrição do texto abaixo da manchete:

“Fundada há seis meses no Recife, a igreja inclusiva não considera a homossexualidade um pecado e apresenta uma leitura diferente da Bíblia: ‘o mesmo versículo que condena a união entre pessoas do mesmo sexo proíbe também o consumo de moluscos, de porco e o corte de barba e cabelo’, explica Timóteo Reinaux (foto). O arquiteto Zezinho Santos, que teve seu casamento celebrado por um pastor da igreja completa: ‘se é para seguir a Bíblia ao pé da letra, por que não se segue tudo?’. Reinaux trouxe a igreja para

a capital pernambucana e está conseguindo atrair jovens fiéis, apesar de a inclusiva ter uma doutrina que não é permissiva a tudo”.

As vozes

Pode-se perceber que o título dá margem a, pelo menos, três inferências: (1) uma igreja que pode tudo (tem o poder de tudo); (2) uma igreja em que se pode fazer tudo (onde é permitido fazer tudo); e (3) a igreja que proíbe (onde nem tudo é permitido). Essa última inferência até se contrapõe às anteriores porque, mesmo em se tratando de uma matéria sobre uma igreja que prevê alguma liberdade, emerge do enunciado uma voz que fala de proibição. Para uma igreja que permite tudo, há outra que proíbe pelo menos parte desse “tudo”.

Essas três interpretações são as “vozes” que emergem da manchete, enunciadas por um locutor L que, no caso, é o jornal enquanto meio de comunicação de massa. Em (1), fala um enunciador E1, que diz existir uma igreja que tem o poder de tudo, é capaz de tudo. Em (2), outro enunciador, E2, fala de uma igreja na qual se pode fazer tudo, onde é permitido tudo. Em (3) há o enunciador da negação, o E3, é a voz contrária às duas inferências anteriores, especificamente à (2) – uma igreja na qual se pode fazer tudo. E3 faz o contraponto afirmando que, para uma igreja permitir tudo, há outra igreja proibitiva, ou seja, não permissiva em relação a tudo. Há ainda a possibilidade de identificar o alocutário, elemento da teoria de Ducrot (1997) ao qual é direcionado o discurso, mas que também fala nesse discurso.

O alocutário, A, é mais de uma pessoa, no sentido de extrato social. É o homossexual que se sente à margem de um reconhecimento religioso, também é um heterossexual alheio a proibições dogmáticas da Igreja Católica. Pode haver ainda outros personagens que se encaixem nesse papel de alocutário: ateus, membros de outras crenças etc.

A foto usada para ilustrar a manchete possui características heterogêneas. A imagem representa o obreiro da igreja, Timóteo Reinaux, citado no texto abaixo da manchete. Pode-se observar que ele tem as sobrancelhas bem desenhadas, como se tivessem sido esculpidas com uma pinça, e tem um olhar marcante, direto para o leitor. Essa aparência facial pode estar ligada ao estereótipo do homossexual masculino, cujos traços se assemelham aos femininos, remetendo-se à ideia de uma igreja que permite a inclusão de homossexuais. O livro que o obreiro traz nas mãos, por cima do qual ele olha, tem escrito na capa “Bíblia Sagrada”. Esse detalhe na composição da foto é uma pista de que a igreja em questão não é permissiva em relação a tudo porque a Bíblia Sagrada é um livro dogmático e, por ser dogmático, possui regras. Emerge também nesse momento a voz de E3: a igreja que proíbe, ou seja, onde nem tudo é permitido.

O texto abaixo da manchete está atravessado pelos pontos vista dos enunciadores. Logo no início, no trecho “Fundada há seis meses no Recife, a Igreja Inclusiva não considera a homossexualidade um pecado e apresenta uma leitura diferente da Bíblia”, aparece a voz de E1, a qual afirma que a igreja tem o poder de tudo. Um elemento que marca essa posição é o termo “diferente”, usado para dar uma impressão inicial de uma igreja cujas regras são opostas às ideias contidas na Bíblia.

Em seguida, quando L, o jornal, registra a voz do obreiro da igreja, Timóteo, discorrendo sobre o que é proibido num tom de crítica a uma igreja que não aceita homossexuais é, na verdade, a voz de E3, que fala de uma igreja que proíbe: “O mesmo versículo que condena a união entre pessoas do mesmo sexo proíbe também o consumo de moluscos, de porco e o corte de barba e cabelo, explica Timóteo Reinaux (foto)”.

Quando L põe o arquiteto Zezinho Santos fazendo uma crítica ao rigor da doutrina da Bíblia – no trecho “Se é para seguir a Bíblia ao pé da letra, por que não se segue tudo?” –, ouve-se, por meio dele, a voz de E2, segundo a qual há uma igreja onde é permitido fazer tudo. Essa voz, no entanto, também é atravessada por E3, já que a fala de Zezinho remete à aceitação das proibições contidas na Bíblia, e essas proibições fazem parte da fala de E3.

O final do texto é reservado para afirmar o que realmente a igreja inclusiva prega e dá força argumentativa à voz de E3, argumentador da proibição. Esse predomínio da voz de E3 é claramente percebido através do conectivo opositivo “apesar”, no trecho que assume a não liberalidade geral da igreja: “(Reinaux) (...) está conseguindo atrair jovens fiéis, apesar de a inclusiva ter uma doutrina que não é permissiva a tudo”. Mesmo discordando do rigor de uma igreja que não aceita homossexuais, Reinaux também mostra compartilhar da opinião de E3, de que é preciso haver proibições dentro de uma igreja, mesmo que esta, sim, aceite e realize o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A ideologia e o discurso

A manchete se situa em um contexto de poder onde duelam duas classes: a dos heterossexuais e a dos homossexuais, sendo esta última colocada como menos favorecida e oprimida pela primeira. Isso porque, quando se mostra uma igreja em que há a permissão do casamento entre homossexuais, subtemde-se que a Igreja, enquanto instituição oficial social, não aceita essa união, conferindo um maior poder a essa posição ideológica de cerceamento ao casamento entre iguais.

A ideologia colocada é a da divisão sexista e da dominância da classe heterossexual sobre a homossexual. Ao mesmo tempo, contudo, essa prevalência que constitui o discurso da manchete é desafiada pelo jornal, que mostra um antagonista a ela: uma nova opção de igreja, que prega a igualdade direitos, inclusive do casamento entre indivíduos do mesmo sexo.

Nessa estrutura ideológica, repousa o discurso, elemento que troca valores, conceitos e ideias, um condutor de ideologias e por elas constituído. Inicialmente, o discurso na referida manchete parece ser um discurso redentor, libertador, contudo, é também prescritivo porque, apesar de dizer permitir o casamento entre homossexuais, proíbe uma série de comportamentos que

também não são admitidos em uma igreja onde se realizam apenas casamentos heterossexuais, e é justamente essa semelhança de proibições que torna o discurso regulador, do tipo “pode-se isso, mas não se pode aquilo”.

O discurso outro é, nesse cenário, aquele que questiona a predominância heterossexual e faz emergir outro discurso que fala da necessidade do homossexual de ser reconhecido e, inclusive, de ter o direito de se casar na igreja. Ainda se pode enxergar, contudo, mais outro discurso contrário ao primeiro e que representa o poder heterossexual da sociedade e a não aceitação de casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Nesse cenário híbrido de discursos, percebem-se duas tentativas de naturalização de verdades no enunciado: a que defende, à primeira leitura, a permissão do casamento entre homossexuais e a que diz, em um exame mais atento, que existe uma resistência a esse consentimento.

Formação discursiva

A formação discursiva que pode ser identificada nessa manchete está relacionada à capacidade de manipulação e conquista de fiéis por parte da igreja enquanto elemento de regulação ideológica. A manchete em estudo dialoga com a memória de uma igreja inquisitiva, coercitiva e, ao mesmo tempo, questiona esse domínio religioso. Uma pista dessa inferência é a presença do verbo modal “poder” (“A igreja que pode tudo”).

De acordo com o Houaiss (2012), etimologicamente, o verbo modal “poder” tem origem no latim *possum*, que significa “poder”, “ser capaz de”, ou “ter autorização para”. Todos esses sentidos são válidos tanto para uma igreja que tem o poder quanto para o indivíduo que tem, a princípio, plena autorização e aceitação dentro da igreja. Uma igreja dominadora não admite que um fiel “possa tudo”. É ancorada nessa formação discursiva que a manchete pretende mostrar justamente o contrário, ou seja, que se trata agora de uma igreja permissiva, questionando, assim, o absoluto domínio religioso.

Essa formação discursiva traz uma memória discursiva presente na manchete, porém esquecida, ou seja, que está no campo do interdiscurso. Esse universo interdiscursivo é justamente a memória da igreja inquisitiva. A Inquisição foi criada pela Igreja Católica Romana no século 13. O centro da sua lei era a proibição de atos que fossem contra aos dogmas religiosos da época. Quem ferisse essa lei era punido com execração pública ou até a morte. Essa é a memória esquecida que o interdiscurso traz na manchete estudada.

Com base nessa análise, é possível perceber que, apesar de sua proposta de oferecer uma liberdade maior para os homossexuais, a Igreja Inclusiva também é atravessada pelo discurso dominante da Igreja Católica, Evangélica, entre outras, segundo as quais não se podem fazer várias coisas, principalmente o casamento entre homossexuais. É a voz do E3, falando de uma igreja também proibitiva, que está fortemente presente nesse discurso.

Essa heterogeneidade discursiva fica evidente quando se depara com as proibições da instituição, que estão citadas no texto da reportagem. A Igreja Inclusiva considera desvios de caráter e “desvirtuamento” do ser humano o consumo de drogas, o uso do álcool em excesso, a prática do sexo promíscuo, entre outros. Assim, ela também exerce o papel de atravessar os sujeitos por meio de sua ideologia e, conseqüentemente, de impor regras.

Embora certamente não seja o seu objetivo, a manchete também traz em si uma carga homofóbica. Quando se diz “A igreja que pode tudo”, esse “tudo” remete a um “tudo que não é permitido porque seria considerado inadequado”, e representa o casamento entre homossexuais, sendo, portanto, um “tudo” que é transgressor em determinadas igrejas, embora naquela não o seja.

Considerações finais

À luz da visão de Traquina (2008), podemos afirmar que as manchetes possuem uma função jornalística de informar, de chamar a atenção do leitor para um assunto considerado pelo jornal como o mais importante daquele dia.

Esse leitor com o qual esse veículo midiático dialoga é heterogêneo, proveniente de camadas sociais diversificadas e, por sua vez, inseridas em contextos diferenciados. Na manchete analisada (“A igreja que pode tudo”), percebemos que, apesar de estar diretamente relacionada ao segmento homossexual, há também um diálogo com o heterossexual e também com outros segmentos sociais, como as pessoas que não possuem religião.

O universo híbrido com o qual dialogam as manchetes de jornais as torna também híbridas. Inferimos, então, que não poderia ser diferente, já que o objetivo maior do jornal, assim como de todo veículo midiático, é a audiência. Um enunciado com várias vozes comunica-se com vários segmentos. As manchetes, nessa ótica, são enunciados heterogêneos, porque dialogam com universos também heterogêneos.

A outra observação neste estudo é de que essa polifonia na manchete de capa de jornal é essencialmente marcada pela oposição, pela presença de vozes opostas. Mais uma vez, podemos dizer que essa inferência relaciona-se ao *corpus* estudado, visto que, se o universo com o qual esse enunciado jornalístico dialoga é híbrido, não poderiam deixar de emergir dele vozes antagônicas entre si, embora também haja a presença de vozes convergentes. No entanto, a característica da oposição está fortemente presente nesse tipo de enunciado.

Retomamos aqui a pergunta colocada na introdução deste artigo: “Como esses sentidos outros que não estão na superfície linguística aparecem no enunciado?” São as vozes que emergem dos enunciados, estudadas segundo a teoria polifônica de Ducrot (1987), que podem nos responder e nos levar a identificar os sentidos outros. Sentidos que aparecem nos enunciados, no caso a manchete de jornal, sem, no entanto, estarem presentes na superfície linguística. Sentidos que dialogam com nossos conhecimentos de mundo, nossos valores internalizados pelas regras sociais, por valores ideológicos e morais.

Por tudo o que foi analisado, podemos inferir que a característica polifônica na manchete de capa de jornal é resultado do contato dessa mídia, enquanto veículo de comunicação de massa, com um contexto sociohistórico

diversificado, que reúne segmentos sociais heterogêneos. E isso não poderia ser de outra forma, uma vez que também o próprio jornal também integra esse universo e reproduz dele memórias discursivas esquecidas, discursos naturalizados e toda uma gama de ideias e pensamentos produzidos através de filtros ideológicos.

Como desvendar o discurso da mídia tem sido um objetivo recorrente nas pesquisas de analistas do discurso, julga-se que esta pesquisa é relevante, visto que acrescenta a esses estudos mais um olhar: o da polifonia das manchetes de jornal. Por ser uma investigação monográfica, não se tem a intenção de esgotar aqui essa análise. É, pois, real o desejo de aprofundá-la em estudos posteriores. Há um conjunto de possibilidades de que se pode lançar mão para a análise discursiva das manchetes de jornais e enunciados jornalísticos outros, como em TV, rádio e internet.

A característica polifônica dos veículos midiáticos pode ser trabalhada, por exemplo, em enunciados de tipos específicos, como nas reportagens especiais que falam das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que este *corpus* utiliza o discurso do combate à injustiça social, também naturaliza outro discurso, o da resignação social. Este e uma infinidade de temas e abordagens podem ser desenvolvidos à luz da polifonia ou de outras concepções teóricas que trabalhem o discurso.

Abstract

In this article we discussed in the light of Ducrot's enunciation polyphonic theory (1987), the polyphonic features of newspaper front page headlines. We assume that voices emerge from the newspaper headlines that are not necessarily spoken language on the surface. Their existence and evidence happen behind the enunciation. How this happens and how these voices dialogue through main enunciation – in this case the headline - is the focus of this paper. For this purpose, this article is mainly based in Ducrot's polyphonic theory (1987). The objective here is to show professionals and students of Literature, Communication and related fields that we can deconstruct an enunciation of a media channel and unveil other concepts that are in the scenario of what is not told.

Keywords: Enunciation; Polyphony; Newspaper headlines.

Referências

ARRUDA, Maria; PIRES, Maria. Ideologia. In: ARRUDA, Maria; PIRES, Maria (Orgs.). **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005. p. 143-153.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss**. Disponível em: <[www.http://houaiss.uol.com.br](http://houaiss.uol.com.br)>. Acesso em: 12 nov. 2012.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional – v. II. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.